

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PERIFERIA NO BAIRRO RESTINGA - PORTO ALEGRE- RIO GRANDE DO SUL / BR

Nola Patrícia Gamalho
Álvaro Luiz Heidrich

A dominação de classe é composta por mecanismos sutis, que ao mesmo tempo em que promovem a materialidade das distinções, ocultam-nas em representações que naturalizam tais alteridades. A cidade em seu constante movimento é produtora de espaços que necessitam de ajustamentos nos âmbitos físico, mental e social a fim de manter a lógica dominante. É nesse sentido, que as transformações que se materializam no lugar e no cotidiano dos sujeitos, são o reflexo da intencionalidade humana, muitas vezes estranhas ao plano do lugar.

A cidade compõe um mosaico não apenas de texturas e morfologias, mas também de símbolos, significados e representações, compondo trunfos, armas na reprodução e legitimação do sistema de dominação. É nesse sentido que a reflexão acerca do imaginário das “malocas” e suas remoções são fatos que compõem as representações do bairro Restinga e da periferia.

Políticas de remoção constituíram-se fatos recorrentes na produção do solo em Porto Alegre. Fator comum está na atribuição de valores morais, paisagísticos e assépticos que não se conformavam com a produção de um espaço moderno e normatizado para a cidade do século XX. É nesse sentido, que no final do século XIX e início do século XX, os becos e cortiços que ocupavam o centro da cidade tornaram-se um entrave social, justificando-se a necessidade de tornar o problema invisível. Para tanto, procedeu-se à remoção desses sujeitos para os então arrabaldes, lugares destinados aos pobres.

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das socialidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, freqüentado pelos ‘turbulentos’ da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizadores se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral. Verdadeiros ‘lugares de enclave’, eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela contigüidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe. Para os cidadãos da Porto Alegre ordenada e disciplinada que viviam no centro, o ‘pecado’ morava ao lado (PESAVENTO, 2001, p. 98).

Os cortiços e becos simbolizavam o não aceito na sociedade. Eram a materialidade física e espacial das distinções, que eram ancoradas (MOSCOVICI, 2003) em representações que remontavam à promiscuidade, desleixo e marginalidade. É a produção de um pensamento acerca do espaço que quando difundido e repetido, seja nos meios de comunicação ou no cotidiano, tornam-se senso comum, verdade aceita e reproduzida. A representação aliena o mecanismo de distinção naturalizando as diferenças sociais. O autor destaca que as representações são o ato de tornar o não familiar em algo familiar, então os modos de vida, as estratégias de sobrevivência que encontravam na materialidade dos espaços dos becos e cortiços sua possibilidade de reprodução são remetidas aos aspectos de subversão aos valores morais e sociais.

O contínuo movimento da cidade exigiu reajustes físicos, mentais e sociais. Na década de 1940, os então arrabaldes eram os setores de potencial desenvolvimento urbanístico.

Contudo, havia, ocupando tais espaços, os pobres, decorrentes dos próprios processos de remoção anteriores e do vertiginoso crescimento populacional decorrente do êxodo rural.

A produção do símbolo dessa espacialidade concretizava-se na maloca. O símbolo como produto e sua força “reside na capacidade de produzir sentido. Este não é uma entidade descolada do mundo; refere-se sempre a alguma coisa fora de si, ou seja, a um objeto, e nasce pela ação de um ser humano” (JOVCHELOVICH, 1998, p. 69). Medeiros, enquanto contemporâneo desses processos, traz importantes elementos da produção das representações dos mesmos, abordando explícita ou implicitamente as malocas enquanto produtoras da desordem do espaço.

Em 1946 e especialmente em princípios de 1947 começou-se a observar o aparecimento de grupos mais ou menos numerosos de casebres em vários pontos da cidade. Sempre existiram centenas de casebres e mesmo grupos localizados em determinados lugares. Mas por esta época (46-47) o fato apresentou características novas. A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vila de malocas’ (MEDEIROS, 1951, p.15).

As Vilas de Malocas eram uma produção singular de espaço plenamente inserido na lógica de desenvolvimento, pois consistia em produto do mesmo processo. Contudo, não harmonizavam com o ideal de modernidade e progresso e ocupavam setores estratégicos para o desenvolvimento urbano da cidade. Constituíam o modo pelo qual um segmento social produzia a própria existência e o lugar. A cidade passava por um processo de intensas transformações e, ao crescimento populacional era atribuído o caráter de desorganizado, necessitando, portanto, de ordenamento. A pobreza tornava-se visível no modo de habitar, de ocupar a cidade, e a maloca era a materialização do processo. Assim como os becos e cortiços, as representações sociais das Vilas de Malocas eram ancoradas em fatos pejorativos, que tornavam ainda mais degradante a condição de vida desses sujeitos.

A distinção social não é apenas paisagística, não se reduz à forma, mas atravessa o direito de habitar, pautado por relações monetarizadas e normatizadas do acesso ao solo. Contudo, as Vilas de Malocas constituíam a subversão a esse sistema, ou seja, o ato de burlar a legislação e a negação da liberdade de ocupar a cidade.

É o espaço no âmbito mental de sua produção, em que suas representações estão contidas em uma trajetória de degradação do indivíduo. A produção social do espaço não possui uma única perspectiva, portanto, outra faceta das malocas constituía nas expressões das estratégias de habitar e sobreviver dentro do contexto social produtor de desigualdades. Tornou-se um símbolo de um determinado modo de vida.

Dois agentes, o Estado e os habitantes das malocas, eram responsabilizados pela forma como a produção de habitação ocorria na cidade, sendo um problema percebido e concebido muito mais enquanto urbanístico do que social. Consta-se a possibilidade de crescimento para outros arrabaldes, com integração pela incorporação de um sistema de transporte mais eficiente e abrangente, assim como a carência de planejamento urbano para a cidade. Constituindo-se na política de tornar a pobreza invisível.

Tem-se a associação de imagens mentais, representações sociais, cultura, ideologia como conceitos que integram e traduzem a realidade social, pois, “(...) representação = imagem / significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p.46).

O imaginário das malocas incorporava a idéia de contaminação, atribuindo ao modo de vida dos ‘maloqueiros’ uma questão patológica. A produção da alteridade a partir de valores morais é constante nas descrições das malocas, produzindo representações fortemente alicerçadas na condição de patologia.

Em breves palavras eis aqui a monografia dessa família. Reside numa casa tipo ‘inominável’ (...) é uma ‘malóca’ mal construída com alguns restos de madeira e os mais variados pedaços de latas enferrujadas; em forma de meia-água, com 2,10 m de altura na frente e 1,80 m nos fundos; tem 2,5 ms por 2,50ms. de lado, isto é, 6,25 ms²; ésta superfície ainda foi subdividida, pois fizeram como que um quarto, sem porta, comportando exiguamente uma cama, que é a única ali existente [sic]. (MEDEIROS, 1951, p. 32).

Embora um produto ideológico a serviço do re-ordenamento espacial, o texto aponta para as condições das habitações. A precariedade é manifesta, contudo, não é identificada como um produto da sociedade, mas como algo intrínseco a essa população.

Nessa ‘malóca’, vivem sete pessoas: a mãe, cinco filhos e o amante de uma das filhas. Maior promiscuidade é impossível. T., que é a mãe, nasceu em Palmares, morou 20 anos em Osório, era casada, separou-se lá do marido para viver com outro, de quem teve os cinco filhos; veio a um ano para Porto Alegre, desde então está na ‘vila’. Os filhos têm as idades de 17, 15, 10, 8, 7, 4 anos; homem é só o de 7 anos. A primeira filha amasiou-se aos 16 anos com V., de 28 anos, natural de Osório e aqui há um ano; moram na aludida ‘malóca’; e a segunda aos quatorze anos passou a viver com um irmão de V., que aqui está também há um ano. Nesse ambiente vivem 4 crianças de 10 a 4 anos. Só o milagre impediria que estas criancinhas também não se pervertessem(...).E aquelas 125 crianças de 0 a 14 anos(...) vão adquirindo hábitos viciosos de toda sorte num meio vicinal e familiar onde apenas esporadicamente se cogita a existência das virtudes, mesmo aquelas básicas para o desenvolvimento pessoal e o bem estar social, e onde os exemplos e as condições materiais são as mais desfavoráveis à formação das novas gerações [sic] (MEDEIROS, 1951, p. 32-3).

As representações são produções vinculadas ao conhecimento presente no senso comum, que podem atuar revelando ou ocultando o fato social. Podem ser analisadas associadas ao ato de interpretação ou como produção de conhecimento, presente no cotidiano dos sujeitos e nas esferas acadêmicas e institucionais. A produção das representações das malocas foi útil, pois desempenhou um papel ideológico na produção da distinção dos sujeitos a partir de sua localização no espaço social. O discurso determinista na construção das alteridades e a permanência da degradação que percorre as gerações, contaminando-as são elementos da representação das malocas.

Prescindindo de todos os riscos para a saúde pública e inconvenientes para a beleza urbana, devemos considerar o que essas ‘vilas’ significam para as novas gerações que nelas surgem: numerosos indivíduos que não participam razoavelmente do bem comum que a sociedade deve assegurar; indivíduos que se acham num estado invencível de miséria material, cultural e moral, sem que a sua condição seja encarada à luz de conhecimentos científicos e técnicos, das ciências sociais e das ciências práticas, com que os administradores modernos podem contar; novas gerações, em fase de propagação, que podem contaminar pela repercussão em cadeia toda a estrutura social e moral da nação. Si a vizinhança é fato sobremodo importante para a formação do individuo e da sociedade, quer pelo que importa ao aspecto positivo do desenvolvimento pessoal e social, que pelo aspecto negativo da degradação e da contaminação, as ‘vilas de

malócas' infelizmente são fatos que se apresentam sobre este último aspecto [sic] (MEDEIROS, 1951, p.66/7)

Têm-se os pressupostos para a política de remoção das malocas, pois configurava um atraso ao processo de modernização e uma patologia social. As representações desses espaços foram imprescindíveis para aplicação das políticas de remoções que iniciariam no final de década de 1960. É a partir dessa conjuntura que o poder público deu início à substituição dessas habitações e a promoção de programas urbanísticos, com a ampliação da rede viária e produção de habitação destinada a classe média.

DA VILA DE MALOCAS A PERIFERIA: A INVENÇÃO DO ESPAÇO

A remoção das malocas serviu ao interesse estratégico da especulação imobiliária, produzindo novos solos para a comercialização, alterando a paisagem a partir do ideário de desenvolvimento urbano. Esses processos de transformação destruíram e recriaram novas formas, com novas funções, e a Restinga constituiu uma das novas espacialidades da cidade. Sua constituição envolveu os planos do percebido, concebido e vivido, que ocorreram a partir de oposições e conflitos (entre os moradores das malocas e o poder público). Na produção do espaço Restinga é explícita “(...) a contradição entre as estratégias do Estado (visando à reprodução do capital e a produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) (...)”. (CARLOS, 2001, p. 17)

Constitui a intencionalidade da ordem distante se projetando no espaço, alterando a morfologia urbana e, conseqüentemente, as práticas socioespaciais. É um processo de criação e destruição, metamorfoseando a forma, a função e a estrutura e intensificando a fragmentação do solo. A produção de formas da urbanização ocorre no intuito de gerar as condições para a reprodução do capital nesse sentido a cidade é consumida intencionalmente. A criação da Restinga, em 1967, fez parte desse processo envolvendo múltiplos planos e incidindo no lugar, alterando o espaço e as vidas.

A noção de malocas foi constantemente associada a adjetivos que remetiam a condição de guerra¹ ou enclausuramento, como pode ser observado nos jornais da época: “CÉLIO² vai confinar as malocas. Conforme determinação do prefeito tôdas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas em uma gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga [sic]... (ZERO HORA, 17 de nov. 1966, p. 2).

A consolidação das representações sociais das malocas e do progresso produziu um consenso acerca das remoções da população dessas vilas, que tiveram intenso crescimento em núcleos e em população durante as décadas de 1960 a 1970³. Em 1973, Porto Alegre possuía 124 núcleos irregulares, com 20.152 malocas, 22.336 famílias e 105.833 habitantes (DEMHAB, 1973). A amplitude da questão atingia níveis que não podiam mais ser ignorados, contudo, permanecia a associação da questão social a patologias e enquanto herança social, aspectos presentes não apenas no senso comum, mas também no âmbito do planejamento, presente em materiais técnicos de autarquias municipais. “As malocas em Porto Alegre já ultrapassaram a fase

¹ Nessa mesma época ocorria a Guerra no Vietnã, freqüentemente alarmado nos jornais como a 3º Guerra mundial.

² Célio Marques Fernandes, prefeito de Porto Alegre no referido ano.

³ Segundo o DEMAHB (1973), a população de Porto Alegre triplicou entre 1940 e 1970, sendo 272.232 na primeira e 888.545 habitantes na segunda.

migratória do fenômeno e encontram-se há algum tempo, em outra mais avançada em que o favelamento é auto-perpetuável” (DEMHAB 1973, p.34).

O desfavelamento consistiu em retirar núcleos habitacionais de baixa renda de alguns setores, que sob o pretexto da promoção e saneamento urbanos produziu novos contextos. Foi então, agregado novo solo à cidade, cuja finalidade era de abrigar a população das malocas. Os principais locais de recebimento dessa população foram a Restinga, que na época pertencia ao bairro Belém Novo e a Mapa, que pertencia ao bairro Lomba do Pinheiro.

Um dia surgiu a avenida. Já existia, mas agora tornara-se a AVENIDA... Iluminação a mercúrio. Uma beleza. Mas iluminada demais, ressaltava a feiúra das malocas. Era preciso removê-las e rapidamente. Os caminhos surgiram. Ninguém sabia o que era a tal Restinga, para onde iriam todos compulsoriamente... Um passarinho informara que seria uma espécie de Vila Mapa... Um pouco aborrecidos, um pouco esperançosos, lá se foram eles... Quilômetros e quilômetros de estrada e ao final o deserto... (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3)

As malocas constituíam uma escrita na cidade, materializavam-se no traçado, na moradia, nos modos de vida, com personagens e histórias. Contudo, eram percebidas e classificadas de acordo com códigos estéticos, morais e científicos. As representações sociais das malocas e seus moradores identificavam o modo de vida e as próprias estratégias de sobrevivência como desajustados à cidade formal.

A cidade, enquanto espaço social, é consumida de acordo com a participação nos códigos e o desajuste passou a ser tratado como patologia, o que corroborava com a legitimidade da eliminação das malocas e a proposta de ressocialização de seus habitantes. Esse imaginário era alicerçado em dados objetivos, sensíveis à percepção, como a própria maloca, e a dados subjetivos, como valores e moralidade.

De forma descontextualizada, as concepções vigentes enclausuravam os moradores das malocas na condição de inferioridade e a política pública de remoção e urbanização atuaria no intuito de retirar a condição de ‘maloqueiro’ desses sujeitos. Associava-se a população e a problemática social a desvios que se materializavam na estratificação social, na forma de ocupação do solo, na inserção no mercado de trabalho (formal e informal) e na esfera cultural, a partir dos modos de vida. A sociedade é segmentada de acordo com a participação na cidade formal.

A solução da problemática reduzia-se a re-educação e acesso ao lote, pois, segundo os ditames morais e sociais, essa população não estava apta a viver em sociedade. É a constituição do imaginário que legitimou o processo de remoção, como pode ser observado a seguir: “ O prefeito informou que é pensamento da administração municipal seguir o plano de Vilas de Triagem, onde o elemento seria educado para co-habitar” (ZERO HORA, 27.02.69, p.2).

Associado as políticas de urbanização, tem-se a limpeza social de setores da cidade, processo que corresponde à racionalidade presente na lógica de classe, ou segundo Lefebvre (2004) a sócio-lógica ou ideo-lógica atuando na produção e fragmentação do solo urbano. As transformações físicas são acompanhadas por essa ideo-logia, pela produção de representações sobre os espaços e os sujeitos. É nesse sentido que as vilas de malocas são associadas à marginalidade, precariedade e a não inserção dentro dos códigos de uma sociedade normatizada. Simultaneamente, a maloca contaminava e era contaminada por atos desviantes que passavam de geração a geração dada à promiscuidade do meio. A dominação se expressa de forma concreta no acesso ao solo e na forma subjetiva, nas estratégias que utilizam o universo simbólico para manter o controle, intensificando as alteridades.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2007, p.10).

Na manutenção do sistema de desigualdades, a maloca enquanto expressão do habitar do segmento pobre foi reduzida ao seu aspecto material e na não inserção na cidade que se almejava produzir. A produção das malocas está intrincada ao sistema de produção e a modernização do país, que teve entre suas conseqüências o êxodo rural. Por outro lado, o sistema urbano incorporou parcialmente esse segmento, aproveitando a mão de obra barata, inserindo-os no mercado de trabalho informal. É nesse sentido que se deve desvincular a diferenciação social, materializada no acesso formal ao solo urbano, das possibilidades de consumo, que naturalizam, ocultam, dominam e perpetuam a estratificação social. O urbanismo, oculto na ideo-lógica, seria a solução para as patologias da cidade, pois “(...) saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante” (LEFEBVRE, 2006, p. 43).

A percepção dos espaços é efêmera e mutável, pois no movimento contínuo de escrita do urbano, as áreas de remoções foram re-funcionalizadas e agregadas à cidade formal e desenvolvida. Constituiu-se sob um conjunto de fatores materiais e simbólicos que alteraram a representação do espaço, dado que o mesmo ocorre a partir das relações sociais, que foram violentamente alteradas. Para a população removida fazia-se necessária à adequação mental e emocional à nova condição. Por fim, foi também de caráter social, pois novas estratégias se fizeram necessárias, assim como novos laços de vizinhança, dado a junção de vilas distintas em um mesmo lugar.

De um lado têm-se vidas e cotidianos, a ordem próxima, de outro, tem o interesse do Estado e do capital, a ordem distante. A cidade passava por um momento de transformações radicais na forma e estrutura da rede urbana. Empreendeu-se a articulação da rede viária que visava ampliar a circulação, os programas do DNOS para contenção de cheias e a produção de habitações. Para o novo modo de vida urbano, pautado na velocidade, circulação e assepsia, as sub-habitações eram entraves, ocupando áreas de interesse e cujas imagens eram contrárias ao novo modo de vida, pois “(...) o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida (CARLOS, 1994, p. 84).

A produção física de um espaço racional, integrado e asséptico é acompanhada da representação dessa produção e da incorporação de um *habitus* (BOURDIEU, 2007), um modo de vida que insira os sujeitos nessa nova temporalidade. Contraditoriamente, a modernidade e o progresso impuseram a segregação social que se concretizou nas políticas de remoção, legitimada pela própria modernização da cidade. Um dos momentos de remoção das malocas foi devido a ampliação de algumas avenidas, a exemplo da Princesa Isabel e da Guilherme Alves, como segue:

O Departamento Municipal de Habitação [declaração do então diretor da autarquia, Milton Pozzolo] iniciará hoje a remoção das malocas que estão impedindo o prolongamento da Avenida Princesa Isabel, próximo à Avenida Ipiranga. Cerca de 80 casebres que impedem o prolongamento d'aquela artéria que por coincidência é a rua da sede do DEMHAB, serão removidos para a Restinga, onde já se encontram os moradores que habitavam a Ilhota (ZERO HORA, 10 jul. 1967, p. 14)

Nota-se que são recorrentes termos que indiquem o conflito entre os diferentes segmentos sociais devido ao uso ilegal do solo urbano, denotando a construção do senso comum enquanto população intrusa. O desenvolvimento urbano transformou lugares e vidas. Situação semelhante ocorreu com a construção da perimetral, a *Free-way* e a BR 290, como segue na reportagem:

Enquanto aguardava a hora da partida para São Paulo, o sapateiro João de Brito, a mulher e oito filhos continuavam morando na casa de número 584, na rua Avai, desapropriada há alguns anos pela Prefeitura. Ontem os funcionários da companhia demolidora mandaram que os moradores se retirassem e, sem maiores explicações, começaram a destelhar o quarto do sapateiro João. É a perimetral que não pode esperar, arrasando as casas da Avai, sem o menor interesse pela sorte dos moradores. (ZERO HORA, 16 jul. 1969, p. 11).

Foram removidas famílias de diversas vilas, sendo motivação constante do discurso da modernização, com o desenvolvimento de avenidas, estradas e novas zonas de habitação, distintas das malocas, como pode ser observado em Zero Hora (23 jan.1973, p.6).

O diretor do DEMHAB, Norman de Paula Arruda informou que dentro das prioridades determinadas pelo prefeito Thompson Flores, estão sendo removidas cerca de 1.300 malocas para a Vila Velha Restinga e para terrenos próprios dos interessados. São 800 malocas existentes na Vila Santa Luzia, que será totalmente limpa para dar lugar a construção de unidades habitacionais para os municipais; 300 malocas que estão ao longo da Avenida Ipiranga e mais 200 da Vila Teodora. Além dessas, vai ser realizada a remoção de 700 malocas da Avenida Dique II, cuja área é necessária para que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) possa executar os trabalhos de implantação e asfaltamento da BR 290, visando a ligação com a free-way.

Outro momento que relaciona a produção de obras de infra-estrutura, modernização e remoção são os projetos do DNOS. As obras do DNOS implicaram em inúmeras remoções para a Restinga, destacam-se as obras de canalização do arroio Dilúvio, a construção da Avenida Ipiranga, o dique de proteção da Vila Sarandi, casas de bombas no bairro Navegantes, aterro da Praia de Belas, Dique Navegantes e viaduto do Navegantes. (CORREIO DO POVO, 25.11.67)

Constantemente as remoções são relacionadas à limpeza, assepsia e ordenamento. As remoções vinham “libertar” a cidade da proximidade com a pobreza manifesta nas Vilas de Malocas.

Está sendo totalmente limpa a zona das proximidades da Ponte sobre o Guaíba, com o trabalho de remoção de malocas adquirindo um ritmo elogiável. A remoção, que é feita pelo DEMHAB, visa a rápida conclusão do trevo de acesso, à ponte e, ainda a complementação das obras contra a seca do DNOS. De outra parte, o Departamento Municipal de Habitação, vem removendo malocas da faixa esquerda de quem vai do centro da Avenida Ipiranga. [sic] (CORREIO DO POVO, 06 set. 1968, p. 7)

Procedeu-se a uma radical alteração da cartografia da cidade, que através do ideário de modernização promoveu de um lado a incorporação de setores considerados como deteriorados e ausentes de urbanização e de outro, criou áreas que de forma contraditória ao

suposto ideário, permaneceram um longo período com profundas ausências de infra-estrutura urbana. Revela-se, portanto, a falácia do lema do programa: “Remover para promover”, pois o eixo de desenvolvimento e geração de empregos predominava no centro administrativo, que devido a sua localização torna-se de fácil acesso aos municípios da região metropolitana e da zona norte, em contato com as vias de ligação com o norte do país (BR 101) e sul do estado (BR 290). A zona sul do município de Porto Alegre, local de acolhimento da população removida era predominantemente rural assim como Viamão, município vizinho.

Destacam-se na formação do bairro Restinga a Vila Lulu, que teve suas remoções iniciadas em 1969, a Vila dos Marítimos e a Vila Santa Luzia, ambas com remoções em 1970, Vila Maria Degolada, ou Vila Maria do Golpe, ou Vila Maria da Conceição, em 1971. No período de 1969 a 1974, foram removidas pela prefeitura de Porto Alegre 11.027 malocas, totalizando 48.194 pessoas, das quais algumas foram deslocadas para terrenos próprios, e outras para áreas de recebimento dessa população, sendo que 10% das remoções tiveram como destino a Restinga Velha. Foi uma política intensiva, removendo aproximadamente duas mil malocas e 8 mil pessoas por ano. (ZERO HORA, 24 jan. 1975)

RESTINGA: VELHA RESTINGA, RESTINGA VELHA

Primeiramente era apenas Restinga, novas alteridades seriam produto da produção do espaço concebido com a criação da então Nova Restinga. Mas o que era a Restinga? Era ausência de tudo, precariedade superior que a vivenciada nas malocas, pois eram as mesmas, com o diferencial do novo lugar, reduzindo o promover ao mero discurso. Contraditoriamente, era também presença de pessoas, de histórias de vida, de opressões. A área do bairro foi adquirida em 1966⁴, sendo primeiramente denominada como Restinga e com a criação da Primeira Unidade Vicinal da Restinga Nova, passou a ser reconhecida como Velha Restinga e atualmente é Restinga Velha.

A criação do bairro significou a emergência de uma situação que articulava elementos da espacialidade da conjuntura das vilas de malocas e da periferia. Junto com o morador veio a materialidade do estigma, a maloca, em que tanto a condição da habitação quanto do sujeito, o maloqueiro, constituíam uma espécie de “herança”, material e simbólica, que se sobrepunha a nova condição.

O espaço Restinga foi artificialmente criado a partir da ordem tecnocrática de uma corrente de pensamento que se colocava como racional e modernizante, re-projetando a conjuntura social, cuja manifestação teve materialidade na segregação socioespacial. Oculta na ideologia da higienização, havia a contradição do programa de urbanização, que incluía e excluía os sujeitos, definindo quem partilharia dos benefícios da cidade moderna.

Em “Restinga, uma ‘vila’ ao abandono” (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p1), tem-se explícita a contradição entre o discurso modernizante e a realidade posta no bairro.

Restinga, a nova Ilhota

Vocês conhecem a Restinga? Quarenta minutos de jipe, quarenta centavos novos de ônibus... A Restinga não é uma vila, nem uma granja, nem um loteamento. Não é coisa alguma. Um deserto. Areia fina e seca, côr de cinza. Nem capim, nem árvores... capões

⁴ Decreto n. 3.416, de novembro de 1966, desapropriava terras de Ester Silveira na então estrada da Restinga.

de arbustos secos, também cinzentos, barbas de pau, plantas em agonia, uma sanga esverdeada de limo... Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria... nem trabalho. (...) A Restinga não tem coisa alguma. Isto é, tem gente. E malocas. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana, e até por quinzena... Acabada a vantagem da patroa compreensiva, que dava roupa velha e restos de comida para a faxineira... Acabada a vantagem dos lavados de roupa... Acabada a vantagem das reformas de vestidos... Acabada a novela ouvida no rádio do vizinho... Acabada a consulta à Santa Casa... Acabada a Feira Livre... Acabada a escola... Acabados os médicos, a farmácia, a Polícia, os bombeiros, os vizinhos...

O universo de relações sociais foi fortemente alterado, as estratégias de sobrevivência consolidadas foram perdidas e novos grupos, distintos, tiveram que se reordenar em um espaço marcado pelas ausências e distância.

A água é fornecida de oito em oito dias por carros-tanques, que enchem as pipas públicas e as três ou quatro caixas d'água que existem... água exposta a todas as contaminações. E quando o carro atrasa mais de quinze dias, eles bebem água da sanga... Em desespero de causa, os moradores tentaram perfurar poços por conta própria... só encontraram barro... A escola fica a mais de três quilômetros de distância e os pequenos que não podem caminhar tanto, perderam o ano... os grandes perderam os empregos... (...) (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3)

Ora, o mal-estar gerado pela explicitação da pobreza nas malocas e pessoas tornava-se invisível pela distância e o objetivo de constituir uma cidade moderna e urbanizada tornava-se explicitamente seletivo ao relegar a população das remoções a condições mais insalubres do que as vivenciadas anteriormente a remoção.

Não são nem uma, nem duas as mulheres e as crianças que somaram seus esforços para reerguer, canhestamente, as velhas malocas, com as mesmas tábuas podres, os mesmos caixotes quebrados, os mesmos pregos tortos e enferrujados, usados inúmeras vezes... As casas são bem ventiladas, é preciso dizer-se... Algumas só tem três paredes, abertas como cenários teatrais, expondo escandalosamente a miséria de seu interior. Nas paredes levantadas, a média é de dois a três centímetros de folga entre uma tábua e outra... A chuva é pródiga. E, depois de uma tempestade, não há mais colchão nem roupa seca, nem corpo seco, de velha, velho, moça, moço, criança ou bebê. E não há mais tábuas, nem telhas, nem pregos para consertar os buracos (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3).

As representações sociais sobre o bairro Restinga originaram-se na articulação das representações já constituídas acerca das malocas com a constituição da periferia: lugar distante, carente de infra-estrutura e preenchido por uma população marginalizada. “Na Vila Dique, quando se fala em Restinga todo mundo pensa um pouco, coça o tornozelo esquerdo com os dedos do pé direito e acaba dizendo que seria bom, se não fosse tão longe” (ZERO HORA, 20 fev. 1970, p. 2). A distância social foi sobreposta à distância física e o bairro, um enclave em meio a uma área rural.

A mídia atua como instrumento de disseminação do pensamento hegemônico. Em 1968, noticiava-se o bairro a partir dos elementos de precariedade e marginalidade; “Morte e desespero é só o que sobra na Restinga” (ZERO HORA, 25 jan. 1969, p. 13.). As palavras exercem importante função no processo de ancoramento das representações sociais, agregando significados às mesmas, construindo os lugares do medo. Nesse sentido, o uso de termos como

vietcong, atua na ligação do espaço à condição de guerra, violência e ausência de uma ordem legitimada.

(...) São cinco mil pessoas divididas em dois setores. Um de casas novas, o outro de malocas. A parte de casas velhas é chamada 'vietcong', os que lá moram esperam sempre a conclusão de casas do setor novo, onde têm que pagar NCr\$ 11,00 por mês durante 15 anos, até serem proprietários. Mas a grande maioria não tem trabalho, não pode pagar mensalidade da casa própria. Quando procuram emprego e declaram onde moram, são mandados embora, pois, 'na Restinga só mora ladrão'. (ZERO HORA, 07 dez. 1968, p. 13.)

O processo de remoção foi marcado por forte repressão, dado que o direito de habitar a cidade ocorre pela posse formal da terra, fator primordial do pertencimento diferencial à cidade. Os habitantes das Vilas de Malocas não tinham o direito formal ao solo urbano, constituíam-se em ocupações e, portanto, não participavam do mercado do solo urbano enquanto consumidores do mesmo. A alteridade posta no reconhecimento da legitimidade de estar no espaço justificou o processo de remoção. A irregularidade foi associada a um desajuste social, constituindo a distância física e o isolamento as soluções para não contaminar a sociedade e re-socializar essa população.

Vila Restinga simbolizou, dentro da problemática habitacional de Porto Alegre, uma espécie de 'campo de concentração', para onde eram levadas as famílias residentes em núcleos irregulares. Quando o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) adquiriu a área, propôs-se transformá-la em local de triagem, isto é, um lugar onde os moradores receberiam orientação técnica para a elevação de seu 'status social'. (ZERO HORA, 29 set. 1970, p. 3)

A hierarquização social impôs-se espacialmente na política de remoções, em que a partir da legitimidade de ocupação formal e ditames morais remetia o viver da população das Vilas de Malocas à condição de desajuste social. Essa sistemática de construção foi reproduzida no decorrer da década de 1970 e recorrente nos veículos midiáticos: "Combate aos loteamentos clandestinos" (ZERO HORA, 23 mar. 1972, p. 3).

Tem-se então, o conjunto de elementos formadores do bairro: relação entre a ordem distante (do Estado) e a ordem próxima (da vida), com a indissociável relação entre os planos físico, social e mental. A periferia é então construída, física, a partir das remoções, pela ausência de infra-estrutura, saneamento, serviços públicos, social pela proximidade forçada, dado o assentamento de famílias de diversas vilas, pelas estratégias de sobrevivência que perpassavam as relações de proximidade; e mental, a partir das inúmeras representações do espaço, vinculando-o ao confinamento de segmentos desajustados da sociedade.

A urbanização enquanto modo de vida, que envolve políticas públicas supostamente de melhoramentos para a sociedade, atinge apenas seletivamente a cidade. A localização do bairro no extremo sul, em um contexto de faltas, de distância do mercado de trabalho, associado à morfologia, que além da existência de morros é próximo ao lago Guaíba, tornando menos densa a estrutura viária, são elementos que corroboravam para o confinamento e segregação dessa população. Oculto na ideologia tem-se a própria produção da existência do segmento mais empobrecido, cuja condição social é ainda mais encoberta na própria malha urbana.

Em Zero Hora de 16/01/1967, consta comentário do então diretor do DEMHAB afirmando que a área que abrigaria as malocas estava integralmente urbanizada para receber os

‘maloqueiros’. Aproximadamente um mês depois, em reportagem do mesmo jornal no dia 14/02/1967, assume-se que a área ainda não possuía energia elétrica, nem água, mas que em trinta dias esses problemas seriam solucionados. Em 22/08/1968, DEMHAB afirma que a implantação de energia elétrica foi encaminhada e que seriam escavados poços artesianos. No início de 1969, a situação ainda era precária, não existia iluminação pública, que seria efetivada em setembro do mesmo ano. Ainda em 1969, começam as obras de implantação da rede de abastecimento de água para a Velha Restinga e a Restinga Nova, contudo apenas a segunda teria a ligação domiciliar, inicia também a produção de alteridades internas. (MORAES, 2008).

As palavras quando disseminadas sem consistência perdem o sentido e, o Estado a credibilidade, contudo, atingem as existências das pessoas, cujas histórias de vida são marcadas pela supressão do direito à cidade. O imaginário de modernização e progresso, associado à política de urbanização são contraditórios ao direito universal à cidade. A reportagem da Zero Hora de 25/02/1967, alerta para a existência de apenas quatro ônibus responsáveis pelo percurso para a Restinga, mas que em dois dias esse número aumentaria. Ainda em 1968, o problema persistia, não havendo ainda ônibus após as 21 horas. (MORAES, 2008) O sistema de transporte foi, durante longo tempo, outra falácia e deficiência que contribuía para o confinamento dessa população.

A Restinga Velha foi o primeiro momento de constituição do bairro, marcada pela distância, ausências e constituída por sujeitos marginalizados pela sociedade. As dificuldades fizeram parte da história das pessoas, do pai, da mãe, do homem, da mulher, que passaram a ocupar um espaço rural, a percorrer uma distância muito maior, dependentes de um sistema de transporte oneroso e precário.

CONCLUSÃO

Pensar a Restinga hoje como periferia envolve muito mais o campo das representações sociais do que propriamente a posição geográfica do bairro. Embora a distância física seja a mesma de sua formação, a sensação de isolamento é que foi alterada. Alguns elementos, como o avanço tecnológico, presente principalmente nas tecnologias de comunicação, a ampliação do tecido urbano em direção a zona Sul da cidade e a melhoria dos transportes alteram a sensação do espaço-tempo. Nesse sentido, a dicotomia centro e periferia não é mais suficiente para compreender algumas dinâmicas socioespaciais.

Atualmente a Restinga é mais ampla e complexa que a dicotomia entre Velha e Nova, envolve outras áreas, ocupações e loteamentos. As representações acerca do maloqueiro foram re-projetadas na da periferia, do “vileiro”. Contudo, a produção do espaço seguiu e sua complexidade torna ambíguo o termo periferia, que assim como a Maloca e o Maloqueiro, revela e oculta as intencionalidades presentes na produção de suas representações.

Os avanços tecnológicos não são homogêneos no espaço e o acesso a um mundo “veloz” é seletivo. Uma significativa parcela populacional não transpõe a barreira física da distância, vivenciando-a cotidianamente, nas trajetórias diárias, no transporte público que conduz um número de passageiros superior a sua capacidade, na carência de ambientes de lazer, na fragilidade das infra-estruturas. Esses aspectos coexistem e é a partir das trajetórias dos moradores que na periferia é composta uma espacialidade física e mental, cuja forma revela uma sociedade desigual.

A Restinga possui alguns elementos que a identificam com a periferia: a) encontra-se distante do centro da cidade, com menor densidade das vias de acesso; b) predomina uma população de baixa renda e c) possui defasagens em relação à infra-estrutura urbana, como

saneamento, o acesso ao fornecimento legal de água e energia elétrica. É a periferia em seu termo mais amplo: localização nas bordas da malha urbana, grande distância do centro, segmento populacional de menor renda. A identificação com o imaginário e concepções acerca da periferia deram continuidade à produção de representações estigmatizantes do espaço no bairro, pois é “ a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário, estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio a imposição mascarada (BOURDIEU, 2007 ,p. 14).

A segregação não se limita ao âmbito físico, mas contempla também a produção de valores e a própria metamorfose da cidade, que re-elabora as novas formas de estratificação. Nesse sentido, termo periferia pode aparecer mascarado pela posição geográfica, ocultando o viés de produção simbólica do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 11 nov. 1967, p. 10

_____. Porto Alegre, 25 de Nov. 1967

_____. Porto Alegre, 06 set. 1968, p. 7

D'ÁVILA, Nádia. Com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. D Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Departamento de Habitação – Demhab. Porto Alegre, 2000.

FAILLACE, Tânia Jamardo ZERO HORA, Porto Alegre, 18 de maio 1967, p1

LEFEBVRE, Henri. **La producion de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MEDEIROS, Laudelino T. Vilas de malocas: ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, 1951.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens do mau lugar. In.: BRESCIANI, Maria Stella (org). Palavras da cidade. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001 , p. 97-119.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. Malocas: diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre,: Demhab, 1973.

_____. Prefeitura Municipal. Departamento de Habitação – Demhab. Levantamento Universal e as necessidades sócio-habitacionais de Porto Alegre : habitação marginal e a promoção do bem-estar social. Porto Alegre, 1966.

ZERO HORA, Porto Alegre, 17 de nov. 1966, p. 2

_____, Porto Alegre, , 10 jul. 1967, p. 14

_____. Porto Alegre, ano 5, n. 1395, 07 dez. 1968, p. 13.

_____. Porto Alegre, 25 jan. 1969, p. 13

_____. Porto Alegre, 27 de fev. 1969, p.2

_____. Porto Alegre, 11 ago. 1969, p. 3.

_____. Porto Alegre, ano 6, n. 1737, 16 jan. 1970, p. 9

_____. Porto alegre, 20 fev. 1970, p. 2

_____. Porto Alegre, 29 set. 1970, p. 3

_____. Porto Alegre, 23 mar. 1972, p. 3

_____. Porto Alegre, 23 jan.1973, p.6).

_____. Porto Alegre, 23 jan.1973, p.6